

## AS QUESTÕES RACIAIS E DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR

BRUNA MELRO FRANCO<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por finalidade demonstrar a importância das questões raciais e de gênero no ambiente escolar, de modo a buscar uma melhor compreensão acerca de como o referido tema é discutido em sala de aula, a fim de evitar a disseminação de qualquer tipo de preconceito entre os alunos e/ou professores. A necessidade de debate sobre raça e gênero não deve limitar-se às instituições de ensino superior e aos meios de comunicação, sendo necessário também na escola, espaço constituído por diferentes indivíduos, havendo assim a possibilidade da manifestação de discriminação. Estas questões podem ser aprofundadas através da revisão bibliográfica realizada, na qual são expostas as ideias de autores relevantes, assim como Melo (2015), Tilio & Souto Júnior (2014), Nogueira (2008), Gomes (2005), entre outros.

**PalavrasChaves:** Raça. Gênero. Escola.

### ABSTRACT

This article aims to demonstrate the importance of racial and gender issues in the school environment, in order to seek a better understanding of how this topic is discussed in the classroom, in order to avoid the spread of any kind of prejudice between the students and/or teachers. The need for debate about race and gender should not be limited to higher education institutions and the media, but also at school, an area made up of different individuals, what allows the possibility of manifestation of discrimination, especially regarding race and gender. These questions can be deepened through the bibliographical review, which exposes the ideas of relevant authors, as well as Melo (2015), Tilio & Souto Júnior (2014), Nogueira (2008), Gomes (2005), among others.

1. Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Inglês como Língua Estrangeira pela Universidade Federal Fluminense (UFF).  
Doutoranda em Estudos de Linguagem também pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: brunamelrofranco@gmail.com

**Keywords:** Race. Gender. School.

## INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, o discurso relacionado às questões de diversidade, em especial de raça e gênero em sala de aula, tem se tornado cada vez mais significativo. Isso se deve à necessidade de aprofundamento dessas questões a fim de minimizarmos o preconceito e a discriminação existentes. Precisamos considerar que nem sempre essas questões de raça e gênero são debatidas em sala de aula, o que torna o assunto cada vez mais obscuro. Segundo Melo (2015), esse assunto precisa ser discutido não apenas nas instituições de ensino superior e nos meios de comunicação, mas também no espaço escolar, onde os sujeitos são diversos e, portanto, o preconceito, o racismo e a discriminação em algum momento serão manifestados.

A internet também é uma ótima ferramenta para debater o tema das questões raciais e de gênero. Nos blogs e nas redes sociais, por exemplo, as chamadas minorias contam suas histórias, exercem a cidadania e podem selecionar as lutas que julgam válidas, segundo o seu contexto histórico-social e suas experiências. Dessa forma, o ambiente online pode contribuir para dar visibilidade aos corpos ébanos, femininos, transexuais, transgêneros etc., já que “a Modernidade silenciou a diversidade das experiências humanas de sociabilidade em benefício de um projeto identitário único: branco, masculino e heterossexual” (MOITA LOPES, 2006, p. 132).

De acordo com Melo (2015), enquanto na web vemos debates e discussões acaloradas sobre raça, nas salas de aula de línguas, temos um silêncio sobre essa questão. Nas graduações em Letras, currículos e programas de curso se voltam, para a construção e formação linguística, literária e pedagógica de alunas/os em pré-serviço; assim, elas/es estariam sendo formadas/os para ensinar o espanhol, o inglês, o português etc. São estudados métodos, gêneros textuais, teorias de aprendizagem, concepções de linguagem, material didático, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), etc., mas não como abordar ou tratar de sofrimentos construídos na e pela linguagem (BAKHTIN, 1981), que se tornam ação ao serem enunciados e que marcam os corpos e as práticas sociais.

Posso afirmar que a minha formação docente não englobou questões raciais e de gênero, pois a preocupação maior dos meus professores sempre foi ensinar a estrutura da língua (gramática, fonologia, morfologia, etc.). Isto também ocorreu quando fui professora de inglês em um curso de idiomas, o que comprova a falta de debate sobre esse assunto em sala de aula.

Ao analisar o ensino de língua estrangeira tradicional nota-se uma preocupação maior com as 4 habilidades nos cursos livres (fala, compreensão auditiva, leitura, escrita) e gramática. Já as escolas públicas e particulares procuram seguir as prescrições do Ministério da Educação. Os cursos de Letras de graduação focam nos métodos, gêneros textuais, material didático, etc., mas esquecem das questões sociais. Quando enfrentamos a realidade das salas de aula, nós encontramos alunas/os e corpos sexualizados, racionalizados, generizados etc. Ainda assim, existe a ideia de que na sala de aula de línguas não há lugar para questões de raça, gênero, sexualidade etc. (MELO, 2015).

Butler (1997), embasado nas concepções de atos de fala performativos de Austin (1962/1990) e Derrida (1972/1988), defende a linguagem como ação (nós fazemos coisas com a linguagem). Desta forma, a sala de aula pode ser vista como um lugar de questionar e contestar questões raciais.

## 1. A LINGUAGEM COMO AÇÃO

O pressuposto teórico de que linguagem é ação foi defendido por Austin (1990) e primeiramente, compreende os atos de fala como constatativos e performativos. Os constatativos descrevem e os performativos indicam “que ao se emitir o proferimento está se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo.” Exemplo: uma ação está sendo feita, a ação de desejar, cumprimentar alguém, por exemplo, ao desejarmos bom dia/ boa tarde/ boa noite. Austin tem como foco a linguagem cotidiana, voltada para o social, havendo a quebra do paradigma estruturalista da linguagem. Para ele, as condições para a realização dos atos performativos são: estar em posição de efetuá-los; ter a intenção de realizar os atos performativos proferidos e não quebrar o compromisso do dizer (desejar boas-vindas e tratar o indivíduo mal). Deste modo, ao enunciar algo, não estamos apenas descrevendo ou declarando algo, mas sim realizando uma ação.

Derrida (1988) faz uma releitura dos atos de fala performativos de Austin e enfatiza a concepção de que todos os atos de fala são performativos, porém discorda das condições especiais e a intenção pré-discurso propostas por Austin. Ele acredita que pela iterabilidade e citacionalidade, ou seja, através da repetição, os atos de fala performativos são sedimentados, naturalizados e se tornam verdade. Exemplo: o branco é mais rico, mais inteligente, mais bonito. Essas frases são tão repetidas que se cristalizam como sendo verdadeiras em nossa sociedade.

Segundo Derrida, até mesmo as estiolações (ocorre quando usamos a linguagem na ficção, no palco e na poesia) consideradas como não performativas por Austin, são atos de fala performativos. Nesse paradigma pós-estruturalista, Butler (1997, p.8) afirma que “nós fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos pela linguagem e nós fazemos coisas para a linguagem, mas a linguagem é também a coisa que fazemos.” A linguagem também faz coisas conosco, afeta nos nossos corpos (os atos de fala também são corpóreos). Sendo assim, quando os docentes trabalham com a concepção performativa da linguagem, compreendem também que ensinar uma língua está além da descrição e da comunicação. Ensinar língua também é agir na vida social. Quando silenciemos na nossa sala de aula, estamos apagando as pessoas, ignorando a participação e a opinião delas acerca de questões essenciais da nossa sociedade.

Algumas instituições e docentes concebem e trabalham a língua como sistema e/ou estrutura, focando na língua padrão e apagando o inglês global (MOITA LOPES, 2008). Faz-se necessário lembrar que língua não é apenas estrutura, portanto há a necessidade de fazermos coisas com a linguagem na sala de aula. Sendo assim, nós precisamos refletir sobre o que fazemos com a linguagem em sala de aula e sobre os materiais didáticos que adotamos. Diante da importância da perspectiva performativa da linguagem podemos compreender que ensinar uma língua também é agir na vida social, coconstruir pessoas e práticas sociais.

## 2. QUESTÕES RACIAIS E AS TEORIAS QUEER

As teorias Queer buscam questionar normas cristalizadas de raça, gênero, sexualidade, classe social, deficiência, etc. (SOMMERVILLE, 2000; SULLIVAN, 2003; BUTLER, 2004; BARNARD, 2004; LOURO, 2004, WILCHINS, 2004). Refletir sobre raça pelo viés da teoria Queer é retomar os discursos de raça sedimentados e normalizados sobre a questão no Brasil, contestá-los e compreender raça como uma construção discursiva, histórica, cultural e performativa. As teorias Queer se embasam na noção Foucaultiana de poder, na proposta dos atos de fala performativos de Austin, nos conceitos de iterabilidade e citacionalidade de Derrida, em sua releitura dos atos performativos de Austin, e na perspectiva de desconstrução de Derrida (busca da desconstrução dos binarismos da Modernidade).

As questões de raça e gênero são naturalizadas pela linguagem e pela repetição através do processo de iterabilidade. Pela repetição algo se naturaliza como verdadeiro. Quando a iterabilidade falha, ocorre o performativo (o novo, o diferente). Exemplo: o branco é o bandido; o branco é o pobre. As questões de raça pelas teorias Queer envolvem a desconstrução de

discursos existentes no contexto brasileiro: discurso da democracia racial (todos somos iguais, o Brasil é um país miscigenado, não há racismo no Brasil), discurso do processo de escravização (negros como inferiores). Precisamos contestar esses discursos absurdos, a fim de quebrar a sua sedimentação e naturalização, os quais só geram sofrimentos e apagam vidas.

A raça se naturaliza e se repete pela linguagem, seja através da história, do social e do cultural. Desde o nascimento somos construídos em termos raciais. Aprendemos a ser brancos, negros, etc. A raça é construída e muda de acordo com o momento histórico-social. Desde criança somos expostos aos mais variados discursos preconceituosos de acordo com a cor da pele. As teorias Queer pretendem, portanto, ir contra esses discursos, naturalizações e sedimentações que impedem a felicidade de tantas pessoas que sentem-se inferiores por conta da sua cor ou gênero.

### 3. QUESTÕES RACIAIS E DE GÊNERO EM SALA DE AULA

É essencial compreendermos que o ensino de língua está além de ensinar a estrutura da língua. A linguagem constrói e tem dimensões sociais, sendo uma questão de cidadania, e ensinar uma língua é fazer coisas com a linguagem e está além da descrição, é ação (fazemos coisas na linguagem e pela linguagem).

Seguir a perspectiva performativa ao ensinar uma língua é essencial, pois ensinar uma língua não é uma ação neutra, pois coisas estão sendo feitas em sala de aula. Língua não é só estrutura, precisamos fazer coisas com a linguagem. Para isso, faz-se necessário refletir sobre a nossa prática docente e o papel da linguagem na vida social dos nossos alunos.

Compreender que a linguagem afeta os corpos através dos efeitos dos atos de fala também é importante, pois às vezes, pela falta de uma boa formação docente, o professor não sabe como lidar com as questões raciais e de gênero em sala de aula e silencia. Silêncio que fere, que traz sofrimento. Por exemplo, quando um aluno é vítima de preconceito racial em sala de aula e o professor não sabe como agir.

Confirmamos também que a web tem sido uma boa ferramenta para a discussão das questões de diversidade, visto que as pessoas podem conservar as suas faces ao questionar tópicos como raça, gênero, sexualidade etc., o que torna mais fácil a discussão de tais questões.

Gomes (2005) afirma que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico e é no contexto da

cultura que nós aprendemos a enxergá-las. Nessa perspectiva, podemos acreditar que o período escolar influencia significativamente no processo de construção identitária dos alunos e, portanto, trabalhar com questões de raça é de fundamental importância no processo de ensino-aprendizagem, para que o aluno assuma sua identidade racial. Entendemos raça como socialmente, historicamente e culturalmente construída (FERREIRA, 2012).

A questão racial no Brasil apresentou uma certa neutralidade com o passar do tempo, tanto na literatura como nos discursos da elite. Domingues (2005) compreende essa neutralidade como democracia racial, ou seja, um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. No entanto, há registros de que essa neutralidade no discurso e essa igualdade racial marcavam presença somente nos discursos elitistas. O autor apresenta essa neutralidade em sua pesquisa "O Mito da Democracia Racial e a mestiçagem no Brasil" como algo ilusório. Para o autor, na prática do cotidiano essa igualdade estava longe de ser alcançada. Ele cita como exemplo a questão da negação do direito ao voto, da candidatura para cargos políticos para os negros, de modo que pertenciam ao grupo dos excluídos da sociedade, sendo a justificativa dessa igualdade a ideia de que o negro não conquistava seus anseios por falta de dedicação.

Sabe-se que muitas lutas foram travadas com o intuito de promover a igualdade desde a chegada dos negros escravizados. Porém, até hoje discussões são necessárias sobre essa questão, tendo em vista que a sociedade ainda carrega heranças culturais de preconceito. É nessa perspectiva que percebemos a importância do professor, a fim que ele seja um mediador de informações, com capacidade de sensibilizar seus alunos a refletir acerca de assuntos voltados ao tema racial e de gênero. Desta forma, esses alunos poderão assumir suas identidades sem medo de enfrentar o preconceito.

Para Domingues (2005), a sala de aula é um lugar em que os professores podem acompanhar os avanços e os retrocessos da sociedade, verificar como as culturas e os indivíduos se modificam com o passar dos anos e, principalmente, ajudarem os seus alunos no reconhecimento de suas identidades, alterando de modo significativo também o contexto da cultura escolar.

Muitos indivíduos estão inseridos no contexto escolar, sendo que cada um deles possui diferentes crenças, costumes, opiniões, etc. Portanto, alunos e professores assumem uma nova identidade, tanto como grupo social como na alteração das próprias identidades individuais em razão do contato uns com os outros. Assim, a questão de identidade racial na escola pode assumir um papel fundamental na decisão do sujeito em assumir sua raça, seja branca, negra,

parda, etc., compreendendo sua história e tendo um olhar mais crítico dessa questão.

Mastrella-de-Andrade e Rodrigues (2014), ao realizarem um estudo acerca da relevância do livro didático de Língua Inglesa para a construção de identidade, defendem a ideia de que a não inclusão da raça negra nos materiais que dão suporte ao ensino-aprendizagem de línguas contraria o que dizem os documentos oficiais. Entretanto, na análise dos materiais, a pesquisa dos autores nos apresenta a conclusão de que o livro didático não traz uma perspectiva inclusiva de identidades, para que os alunos, de diferentes realidades possam se identificar. Desta forma, nota-se a importância do olhar do professor e do debate em sala de aula, não apenas do conteúdo da língua estrangeira, como também das questões raciais.

Infelizmente, a nossa sociedade brasileira ainda apresenta muitos traços de preconceito e discriminação, fato que gera a falta de identidade racial de muitas pessoas, principalmente da raça negra. Para Ferreira (2012), a relutância da população negra em definir-se como tal sugeriria que existe uma dificuldade para afirmarem sua identidade em termos de sua ascendência, o que demonstra o desafio que é a construção da identidade negra no Brasil. Essa relutância pode até mesmo impedi-los de discutir assuntos que dizem respeito a seu próprio interesse, como as ações afirmativas, a baixa porcentagem de pessoas negras que entram na universidade, o baixo número de pessoas negras em cargos de liderança e a falta de representação de profissionais negros em todas as escalas sociais, etc.

Através destas reflexões, podemos enxergar a relevância da construção da identidade dos sujeitos, pois ao assumirem-se negros, conseguem ter uma melhor visão para mudar a realidade que vivem e compreenderem seus direitos.

É importante lembrar que fazemos coisas ao ensinar/aprender em sala de aula e nós, professores, devemos considerar que os sujeitos que ali estão não podem ter os seus discursos apagados, ou seja, não podemos apagar o contexto histórico e social que nossos alunos estão inseridos, devemos considerá-los no processo de ensino-aprendizagem em nossa sala de aula.

Para Louro (1998), o conceito de gênero passa a ser utilizado a partir do entendimento de que não se nasce pronto, mas cada ser humano se (re) cria num movimento contínuo em formação. Podemos compreender gênero a partir da ideia de que a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que existia anteriormente. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversas. Então, ao pensarmos em gênero como identidade social, se torna algo complexo analisá-lo apenas biologicamente.

Sendo assim, a discussão sobre gênero em sala de aula exige conhecimento do professor

sobre a questão, a fim de que ele possa favorecer um diálogo sobre o assunto com os seus alunos e a reflexão sobre a formação de identidade no que diz respeito ao gênero. Desta maneira, os estudantes serão capazes de compreender o conceito de gênero e a multiplicidade de sujeitos na sociedade, fazendo-os refletir sobre o nosso papel na sociedade enquanto sujeitos em constante transformação de identidade.

Não há um método pronto para o professor seguir no que tange questões de raça e gênero em sala de aula, porém o professor em seu papel de educador social, precisa considerar propostas pedagógicas que possibilitem discussões em seu ambiente escolar, trabalhando com atividades reflexivas que gerem ações que favoreçam a quebra de estereótipos e de preconceitos construídos historicamente na sociedade. Somente assim será possível construirmos uma sociedade que tenha como base o respeito pelos outros e a aceitação de suas diversidades.

Machado e Paula (2009) definem Educador Social como sendo o profissional que busca conciliar teoria e prática em parceria com a comunidade. Seu intuito é estimular os sujeitos de determinado grupo (neste caso nos referimos ao espaço escolar) a pensar sobre suas condições sociais e auxiliá-los na compreensão e na transformação de si e de sua comunidade, a fim de reivindicar seus direitos enquanto cidadãos, adquirindo maneiras diferenciadas de mediação, proporcionando assim os meios necessários para que os sujeitos historicamente excluídos reflitam criticamente o contexto no qual estão inseridos e reivindiquem seus direitos como cidadãos.

Portanto, ao compreendermos o professor como educador social, direcionamos os nossos aprendizes a não seguir os estereótipos impostos pela sociedade. Desta forma, esses sujeitos serão capazes de refletir sobre cultura, história, etc., e compreender o seu papel na sociedade, como sujeitos que têm direitos e deveres, e que devem ser respeitados.

Nogueira (2008) demonstra que, ao trabalharmos essas questões de diversidade em uma perspectiva de valorização das identidades dos múltiplos sujeitos que convivem no mesmo espaço da escola, temos a responsabilidade de informar e, ao mesmo tempo, possibilitar que os sujeitos sejam capazes de olhar tanto para a sociedade como também para os livros didáticos, revistas e outros instrumentos de estudo e serem capazes de questionar sobre aquilo que lhes é apresentado, visto que os sujeitos são historicamente (re) conhecidos conforme a sociedade os apresenta, a fim de desconstruir os estereótipos e os estigmas que foram atribuídos historicamente a alguns grupos sociais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme afirma Melo (2015), precisamos ter a consciência de que linguagem é ação, ou seja, ao enunciarmos, algo é realizado. Portanto, a linguagem não é apenas descrição, pois fazemos coisas com a linguagem. Ao enunciarmos em sala de aula, também estamos agindo na vida social do aluno. Segundo a autora, língua não é só estrutura, precisamos fazer coisas com a linguagem na sala de aula e é preciso repensarmos sobre isso.

Ainda segundo a autora, faz-se necessário refletirmos sobre os sofrimentos que causamos nas nossas salas de aula ao silenciarmos ou concordarmos com “verdades” naturalizadas. Por exemplo, quando um livro didático mostra a figura de uma mulher negra como empregada doméstica, o livro está naturalizando um estereótipo. Porém, quando um livro didático mostra uma mulher negra como médica, o livro está quebrando um estereótipo.

É essencial compreendermos que o processo de ensino-aprendizagem está além de ensinar e aprender uma língua ou qualquer outra disciplina. A linguagem constrói, tem dimensões sociais e é também uma questão de cidadania. Como professores devemos sempre refletir sobre a nossa prática pedagógica e sobre o papel da linguagem no meio social. Devemos, portanto, considerar a possibilidade de formar professores e alunos mais preparados para lidar com questões sociais, em especial com questões de diversidade, assim como de raça e de gênero.

Sendo assim, concluímos que a formação do professor é extremamente importante, tendo em vista que a linguagem também afeta nossos corpos, causando um efeito do ato de fala. O silêncio do professor em sala de aula perante as questões raciais e de gênero, demonstra a falta de preparo do docente em relação a essas questões. Por exemplo, quando o professor se cala ao ver que um aluno branco chama um colega negro de gorila em sala de aula, agindo como se essa atitude fosse normal, ele está colaborando para a continuidade do preconceito e formação de estereótipos na sociedade em que estão inseridos. Como educadores sociais, devemos questionar, contestar e tentar desconstruir preconceitos já cristalizados. Conforme Hooks (1994), no ensino de inglês, por exemplo, é possível transgredir, quebrar barreiras e inserir os corpos racionalizados, generificados e sexualizados como participantes ativos em sala de aula.

Além disso, Melo (2015) demonstra a importância de considerarmos a perspectiva de linguagem como ação, ou seja, o que fazemos com a linguagem marca o corpo e a vida social do outro. Faz-se necessário também contribuir para a formação da cidadania em sala de

aula, estimulando uma educação cidadã que inclua as minorias, pois a sala de aula também é lugar de fazer coisas com a linguagem, ou seja, fazer com que nossos alunos participem do mundo como atores sociais, coconstruindo a vida social e as pessoas.

Cada vez mais torna-se necessário abordar as identidades sociais de raça e de gênero em sala de aula e o professor tem um papel especial nesse processo ao considerar a escola como um lugar no qual os seus alunos são diversos, tendo a preocupação de estimular a autonomia e a reflexão crítica dos seus educandos. Deste modo, a sala de aula torna-se um ambiente adequado aos temas como identidades sociais de raça e de gênero, uma vez que esses assuntos, ao serem discutidos pelo professor e seus alunos, podem levantar questionamentos e esclarecimentos, de modo que essa troca de informações servirá para que esses alunos se reconheçam na sociedade como sujeitos críticos, construindo suas identidades conscientemente e reconhecendo sua identidade na sociedade, com capacidade de refletir sobre essas questões, sabendo respeitar a diversidade e lutando pelos direitos de igualdade.

Portanto, não podemos mais pensar em um ensino voltado somente a conteúdos programáticos, pois ensinar não é uma ação neutra. Como educadores precisamos refletir sobre a nossa prática e o papel dos sujeitos na sociedade. Esses sujeitos necessitam compreender sua própria identidade social, e o professor, enquanto educador social, tem essa possibilidade de interagir enquanto mediador. Diante dessa possibilidade, um dos princípios pode ser essa reflexão no meio escolar, com a análise dos materiais impressos e com a discussão aberta sobre aquilo que a mídia nos apresenta, sobre o contexto histórico que nem sempre os livros didáticos trazem na íntegra. Essa reflexão deve envolver principalmente a história desse aluno, que tem suas raízes, tem seu olhar crítico e suas expectativas baseadas em suas vivências diárias dentro e fora desse espaço que pode ser transformador, a sala de aula.

Também é aconselhável que o professor compreenda as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História Afro-Brasileira e Africana (Lei Federal nº 10.639/2003), que é uma política oficial de ação afirmativa que tem como objetivo a implementação de iniciativas pedagógicas que possam possibilitar reflexões e discussões acerca da temática, para conhecimento e a valorização da identidade negra no que se refere à cultura, à história, aos costumes, entre outros fatores.

Embora esse seja um assunto atual, muita discussão ainda deve ocorrer no que tange à igualdade racial e de gênero. Tilio e Souto Júnior (2014) afirmam que a avaliação do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) vem contribuindo para melhorias na produção brasileira de materiais didáticos, porém ainda não abrange, de maneira significativa, as questões de gênero e de sexualidade, pois quando presente, a temática aparece de forma

tímida, e muitas vezes em uma perspectiva biológica que pode acabar se mostrando reducionista, essencializada e perpetuadora de preconceitos.

Sendo assim, como professores, reconhecemos a necessidade do nosso comprometimento com a educação dentro e fora do contexto escolar. Precisamos ser professores que pensam além, que desejam construir uma sociedade mais justa e igualitária, que reflitam com seus alunos sobre o que a sociedade nos apresenta. Assim, o ambiente escolar torna-se capaz de desconstruir essa gama de preconceitos e de estereótipos presentes principalmente na mídia e nos livros didáticos.

Nota-se então que o professor que reflete sobre a sua prática pedagógica será mais bem-sucedido como educador social, visto que é capaz de apresentar atividades variadas em sala de aula, a fim de promover discussões e pesquisas com seus aprendizes dentro e fora da escola, até mesmo utilizando a internet como ferramenta para questionar as questões de raça e gênero. Desta forma, esse professor será capaz de promover a igualdade de direitos e o respeito entre os seus alunos, preservando as suas identidades sociais.

---

**Como citar este artigo:** FRANCO, Bruna Melro. As questões raciais e de gênero no ambiente escolar. Rev. Silva, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 94-106, jul.-dez. 2019.

## REFERÊNCIA

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer. Palavras e ação.** Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1981.

BARNARD, I. **Queer race:** cultural interventions in the racial politics of queer theory. New York: Peter Lang, 2004.

BUTLER, J. **Excitable speech: a politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, J. **Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory**. In: BIAL, H. (Org). *The performance studies reader*. New York: Routledge, 2004.

DERRIDA, J. **Signature event context**. Limited inc. evanston. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1972/1988.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889 - 1930). **Revistas Científicas de América Latina y el Caribe**, Espanha. 2005.

FERREIRA, A. J. Identidades sociais, letramento visual e letramento crítico: imagens na mídia acerca de raça/etnia. **Trab. Ling. Aplic., Campinas**, v. 51, n.1, p. 193-215, jan./jun. 2012

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n. 03, 2005.

HOOKS, B. **Teaching to transgress: education as the practice of freedom**. New York: Routledge, 1994.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LOURO, G. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, É. R.; PAULA, E. M. A. T. A pedagogia social na educação: análise de perspectivas de formação e atuação dos educadores sociais no Brasil. **Revista Congr. Intern. Pedagogia Social**, mar. 2009.

MASTRELLA-DE-ANDRADE, M.; RODRIGUES, J. R. A construção de identidades no livro didático de inglês: classe social, raça e o outro. In: FERREIRA, A. J. (Org.). **As políticas do livro didático e identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em livros didáticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

MELO, G. C. V. O lugar da raça na aula de inglês. **Revista da ABPN**, v. 7, n. 17, p. 65-81, 2015.

MOITA LOPES, L. P. **Por uma linguística aplicada interdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, L. P. Inglês e globalização em uma epistemologia de fronteira: ideologia linguística para tempos híbridos. **Delta**, v.24, n.2, p. 39-340. 2008.

NOGUEIRA, J. K.; FELIPE, D. A.; TERUYA, T. K. Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. **Revista Fazendo gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, p. 1-7, 2008.

SOMMERVILLE, S.B. **Queering the color line. Race and the inventions of homosexuality in america culture**. Durham: Duke University, 2000.

SULLIVAN, N. **Queer Race. A critical introduction to queer theory**. New York: New York University Press, 2003.

TILIO, R; SOUTO JÚNIOR, H M de. Gênero e sexualidade em livros didáticos: impactos da avaliação do PNLD? In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **As políticas do livro didático e identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em livros didáticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

WILCHINS, R. **Queer theory, gender theory: an instant primer**. Los Angeles: Alyson books, 2004.